

Lições de História: as representações do império brasileiro sobre as repúblicas platinas nos livros didáticos do Imperial Colégio Pedro II¹

Francisca Nogueira de Azevedo²

Resumo: O texto tem como proposta analisar as representações do Império brasileiro sobre as repúblicas platinas durante o século XIX, tendo como fontes os compêndios, manuais e programas do Colégio Imperial Pedro II. De uma maneira geral, a imagem que se têm sobre as nações platinas é de um “outro”, violento, ameaçador e bárbaro. O que se procurou investigar foi em que medida o peso desta argumentação parece ter sido central para a construção da imagem do “outro”, consolidada a partir de uma produção historiográfica e pedagógica.

Palavras-chave: Colégio Pedro II, Império Brasileiro, Repúblicas Platinas.

Abstract: The text proposes to analyze Brazilian Empire representations of the River Plate republics during the nineteenth century, using academic books and programs developed by faculty of the Imperial Colegio Pedro II. In general, Brazilian views represent the River Plate nations as the violent, threatening, and barbarous "other". This paper seeks to investigate the importance of this vision and argument, and how it was consolidated through the production of historiographical and pedagogical literature.

Keywords: Colégio Pedro II, Brazilian Empire, River Plate Republics.

Este trabalho tem como objetivo analisar as representações do Império brasileiro sobre as repúblicas platinas durante o século XIX. Como fonte decidimos pela avaliação e crítica dos compêndios, manuais e programas do

¹ Parte das idéias deste trabalho foram desenvolvidas em AZEVEDO, Francisca Nogueira e GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Imagens em Confronto: as representações do Império Brasileiro sobre as repúblicas platinas na segunda metade do século XIX*. In. *Brasil – Argentina: a visão do outro*. Brasília: FUNAG, 2000; p. 331-349.

² Professora de História da América do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

Colégio Imperial Pedro II, que desde sua fundação em 1837, passou a ser o padrão e a referência da política educacional imperial e assim responsável pela formação das elites intelectuais do Brasil. Vale lembrar que no final da década de cinquenta o Marquês de Olinda, então Ministro de Estado, realiza uma reforma curricular e cria a Cadeira Especial de História e Corografia do Brasil, cujo programa apresentava uma sistematização cronológica e factual da formação da história da “pátria”.³ A reforma também vai incentivar a produção de livros e compêndios a fim de melhorar a qualidade dos textos e garantir a uniformização do ensino. Como resultado teve-se a produção de vários livros e compêndios os quais, em geral, apresentavam forte influência da historiografia francesa, que delinearão por seus conteúdos o ideal do projeto civilizatório do Império. Essas obras, que tiveram grande repercussão didática em virtude da posição do Colégio Pedro II como referência padrão do sistema educacional do império, vão divulgar os princípios e conteúdos defendidos por Francisco Adolfo Varnhagen em sua obra *Historia Geral do Brasil* publicada em 1854. Sobre este modelo historiográfico observa a Prof. Selma de Mattos:

Obras de perfil conservador, elas fixariam para sucessivas gerações da boa sociedade imperial conteúdos, métodos, valores e imagens de uma História do Brasil que cumpria o papel de não apenas legitimar a ordem imperial, mas também e sobretudo de pôr em destaque o lugar do Império do Brasil no conjunto das Nações Civilizadas, permitindo assim, a construção de uma identidade.⁴

Na realidade, a obra de Varnhagen sugere o quanto o peso de questões políticas imbricavam-se na escritura de uma História compreendida como parte de construção de um projeto civilizatório, para o qual a ordenação do tempo e do espaço tornava-se tarefa imprescindível. Neste sentido, a disciplinarização da História e da Geografia, através da organização destes saberes em matéria a ser ensinada, é parte constitutiva deste mesmo projeto. Tempo e Espaço, como categorias centrais do trabalho do historiador, praticante de um ofício que se

³ Sobre o assunto ver ANDRADE, Vera Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II, um lugar de memória*. Programa de Pós-Graduação em História Social-UFRJ (Tese de Doutorado), 1999.

pretende ter assumido as características de uma ciência positiva, ganham assim historicidade como parte de um procedimento de criação de figuras indispensáveis para a representação da Nação e de seus inimigos. É como parte deste procedimento de invenção que as regiões do Prata vão assumindo certas características, que por um artifício de escrita, vão se naturalizando, apagando definitivamente os traços desta mesma construção e de sua gênese histórica. Rer estas construções imaginárias remete-nos obrigatoriamente para o campo da História enquanto espaço da criação humana contingente, em que o passado existiu não por uma natureza da História, mas por uma escolha de homens históricos.

Sabemos que as formas narrativas de construção do conhecimento históricos presentes nos livros didáticos não diferem das outras formas de construção do passado, onde as relações de poder estão sempre presentes. Por vezes na ocultação ou desvalorização de determinados fatos, em outras no enaltecimento e valorização de fontes documentais que asseguram constituir o poder exercido por determinada Instituição ou mesmo pelo Estado para preservação ou não de uma determinada versão do passado.

No que diz respeito especificamente ao tema, deve-se esclarecer que, nesta época não havia sido introduzido História da América como disciplina, os assuntos pertinentes ao continente americano faziam parte do conteúdo de História das Civilizações. Assim, através dos compêndios analisaremos o tratamento dado pelos historiadores/professores aos temas referentes às repúblicas platinas, e os programas nos fornecerão as temáticas e os assuntos selecionados para o ensino de História da América.

É importante ressaltar que os diferentes texto e documentos que servem para justificar as pretensões do Império na região platina encobrem a idéia anteriormente defendida de uma fronteira natural, ou seja, de que o território brasileiro “naturalmente” se estenderia até o lado oriental do Rio da Prata, o que garantiria a entrada brasileira à zona mineradora de Potosi. Neste sentido,

⁴ MATTOS, Selma Rinaldi de. Lições de Macedo. Uma pedagogia do súdito – cidadão no império do Brasil. In. MATTOS, Ilmar R. de (Org.) *Histórias do Ensino da História no Brasil*. Rio de

elementos pretensamente objetivos (fenômenos naturais e acidentes geográficos) justificariam uma geopolítica do Estado Imperial. Vale sublinhar ainda, que neste sentido a Geografia, juntamente com a História, constituiu-se em disciplina fundamental para a construção identitária brasileira no XIX, uma vez que a vastidão do território, mantido unificado pela política colonial portuguesa, assim como as características da paisagem, pareciam oferecer o cenário adequado a justificar a especificidade da Nação em construção. Podemos então entender a importância conferida aos estudos geográficos expressa na criação do Instituto Histórico e Geográfico de 1838, lugar por excelência de produção da história nacional brasileira no século XIX. Um outro argumento que se verifica é a clara a defesa do regime monárquico como condição de proteção contra os perigos da barbárie, associada às repúblicas hispano-americanas.

Em suma, o que se observa de maneira geral é que as imagens que se queria inculcar como representação de um outro, violento, ameaçador e bárbaro, a ser enfrentado ora com o silêncio, negando-lhe existência histórica, ora com o uso da força na defesa dos princípios civilizatórios. Os textos com finalidade didática são em alguns momentos bastante explícitos em relação às essas duas posturas. O pouco interesse relativo à história da América, sempre quando não relacionada diretamente às questões da História do Brasil, é claramente evidenciado na obra de M. T. Alves Nogueira, professor do Colégio Pedro II:

A história interna das colônias espanholas na América não oferece fatos políticos de grande importância depois do descobrimento. A atenção dos espanhóis fixou-se sobretudo no México e Peru, não apresentando os outros metais preciosos que atraíssem os conquistadores.⁵

O objetivo deste trabalho não é, certamente, discutir a pertinência ou não destes argumentos, contrapondo-os a outros que seriam “mais verdadeiros”. O que se quer é investigar em que medida o peso desta argumentação parece ter sido central para a construção da imagem do “outro”, consolidada a partir de uma produção historiográfica e pedagógica que alçaram tais argumentos à categoria de

Janeiro, Access, 1998; p. 31.

“fatos históricos verdadeiros”, base de toda a escrita da História que se pretendia científica no século XIX.

Os manuais de História para fins didáticos constituem-se assim em importante conjunto de textos que poderão nos ajudar na tarefa de compreensão de uma pedagogia civilizatória, entendida nos termos das sugestões propostas por Norbert Elias, a fim de que possibilite a percepção do processo de criação de figuras e imagens que irão significar a história das sociedades platinas decodificando-as e apresentando-as como uma natureza desta própria História e dos habitantes destas regiões.⁶ Longe, portanto, de apresentarem fatos crus e objetivos acerca da região platina e de seus habitantes, estes textos irão inscrevê-los num quadro de referência, que mobiliza figuras e imagens já disponíveis acerca destes mesmos objetos de conhecimento, ainda que os faça aparecer como resultando de tarefa neutra da pesquisa histórica.

Especialmente com relação à História da América observam-se pela leitura de alguns programas do Colégio Pedro II dois princípios, anteriormente destacados: o primeiro, a ausência da disciplina no currículo até 1927. Os temas referentes à História da América estavam incluídos ou como parte do Programa de História Moderna e Contemporânea ou como parte do Programa de História e Corografia do Brasil. No caso de História Moderna e Contemporânea nas unidades referentes a duas ordens de temas: a primeira delas tratava da expansão marítima e dos descobrimentos, dando destaque especial às figuras dos descobridores Cristovão Colombo e Vasco da Gama e, a segunda, da emancipação política das colônias no contexto das transformações revolucionárias da Europa. No caso dos programas de História do Brasil, os temas de História da América são abordados quase que exclusivamente naquelas unidades dedicadas às questões de limites e fronteiras (desde o século XVI), de invasões territoriais e das disputas

⁵ NOGUEIRA, M.T. Alves. *Compêndio de História Moderna*. Rio de Janeiro, Typografia do Apostolo, 1868.

⁶ “Representar quiere decir, pues, organizar el mundo fáctico en figuras. El nivel más elemental de esta organización es el espacio temporal, condición y supuesto de cualquier otro más complejo. Ello quiere decir que también espacio y tiempo, lejos de ser datos, se organizan como figuras... El conocimiento no surge en el nudo estar ante las cosas, sino en el mirarlas incluyéndolas dentro de

ibéricas em torno da região platina. Importante ressaltar que o estudo da Corografia, entendida como a descrição geográfica de uma região, apresentava-se como fundamental num momento de definição dos limites e das feições da Nação segundo o projeto centralista do Império e, neste caso, parece sintomático que o estudo de História da América só tenha sentido quando relacionado a este projeto.

Em meados do século XIX, o Império brasileiro se apresenta ao continente como uma monarquia estável e “civilizada”. As revoltas provinciais e as rebeliões negras haviam amainado e os dirigentes imperiais colhiam louros de um período marcado não somente por estabilidade política, mas também, por reformas das mais significativas no campo social e econômico: o tráfico de escravos fora abolido, era tempo dos empreendimentos progressistas do Visconde de Mauá, e o café se espalhara com sucesso pela região do Vale do Paraíba, criando uma nobreza enriquecida pelo “ouro negro”.

Desde então, a coroa – isto é, as forças políticas e sociais predominantes no Estado imperial, no conjunto dos interesses dominantes do Império – reivindicava para si um novo monopólio, e o exercia efetivamente – o do Imperium, radicalmente diferente dos monopólios que definiam os antigos colonizadores e colonos. A figura do Imperador – sempre representado como um “Monarca Ilustrado” – simbolizava, por sua vez, a conclusão de uma obra. O Império do Brasil vivia, na visão dos contemporâneos, o momento de seu apogeu.⁷

Sentindo-se parte integrante do grupo de “nações civilizadas”, usufruindo a tranqüilidade de um Estado forte e centralizado, o Império brasileiro não teme mais as insurreições e ameaças de secessão em seu território, agora apaziguado e pacificado pela política eficiente dos corpos políticos. Entretanto, não despreza as ameaças e os exemplos “perniciosos” vindos de fora, especialmente do Prata.

A recorrência dos temas referentes à região platina pode ser explicada tendo em vista o conflituoso contexto em torno dos problemas de delimitação da fronteira meridional, impondo um estudo sistemático da história unida a

un campo, convirtiéndolas en figuras con significación.” BOZAL, Valeriano. *Mímesis: las imágenes y las cosas*. Madrid, Ediciones Antonio Machado, 1987; p. 22-3.

⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Um “País Novo”: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina*. Seminário Argentina – Brasil y la Formación de la Identidad Nacional: la visión del otro. FUNCEB/FUNAG (Buenos Aires), maio de 1997, n..1, p. 13.

corografia como forma de subsidiar uma política de Estado para a região, assim como afirmar certos princípios que irão conformar uma memória nacional. A importância dos estudos corográficos buscava afirmar a racionalidade de um desenho natural para as fronteiras ao sul do Império brasileiro, justificando, com o recurso da ciência, as pretensões políticas do projeto imperial. Ensinar a História pressupunha necessariamente o conhecimento do espaço geográfico. A violação deste espaço, tido como naturalmente uma fronteira, significava uma agressão ao Império e os responsáveis por tais atos, inimigos “naturais” da Nação.

Em 1861, Joaquim Manuel de Macedo publica seu importante Manual didático “Lições de História do Brasil”, contendo um Índice Cronológico da História do Império do Brasil, desde a maioridade de D. Pedro II até o ano de 1852.⁸ A utilização destes índices como recurso pedagógico, prática adequada a uma história construída a partir da ordenação cronológica dos fatos, sublinhava no tempo aqueles eventos dignos de memória e lembrança, constituindo-se, portanto em importante indício a respeito dos temas considerados relevantes. No caso do Índice organizado por Joaquim Manuel de Macedo, o tratamento recebido pelos temas relativos à História da América reflete a recorrência de um olhar que seleciona um conjunto muito específico de temas, objeto do ensino de História: as questões relativas aos problemas de fronteiras, desde a fundação da Colônia do Sacramento passando pela anexação da Banda Oriental até a derrota de Rosas. No tocante aos conflitos cisplatinos, a cronologia é bastante minuciosa, acompanhando passo a passo o desenrolar dos eventos político-militares até a derrota final de Rosas. O acentuado confronto entre o mundo considerado bárbaro e o civilizado é resultado da crença de Manuel Macedo no papel reservado ao

⁸ MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro, Tipografia Imparcial, 1861; p. 364. Sobre a importância dos manuais didáticos de História do Brasil, consultar: MATTOS, Selma Rinaldi de. *Brasil em lições*. A História do ensino de História do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manoel de Macedo. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro, IESAE. FGV, 1993. MELO, Ciro Flávio Bandeira de. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais de História na Segunda metade do século XIX*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação da USP, 1997.

império brasileiro na América “um centro de luzes e civilização e o árbitro da política do Novo Mundo”.⁹

Assim, a imagem do “bárbaro violento” consubstancia o segundo princípio presente na análise da grade curricular de História da América do Colégio Pedro II. João Ribeiro, professor de História Universal e História do Brasil do Colégio, também membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em seu manual para os alunos do Colégio Pedro II assim se expressa ao expor matéria relativa às disputas em torno da Banda Oriental:

Não havia talvez essa ambição [por parte do Império Brasileiro], mas era questão de fato a supremacia normal do país mais vasto, então mais rico e mais poderoso deste hemisfério... Acresce que os nossos vizinhos turbulentos e audazes, pouco propensos à estima recíproca, não ocultava a malquerença com que nos viam e viam a todos os brasileiros residentes no território platino. O general Oribe, amigo do tirano Rosas e por ele animado, por vezes lhe servia de instrumento perseguindo os brasileiros pacíficos que desde a Província cisplatina habitavam o Uruguai.. Feito presidente da República Oriental Oribe não perdeu ocasião alguma de nos molestar. Era incoercível na antipatia aos brasileiros... Desde muito tempo desonrava a civilização platina o famoso tirano, João Manuel Rosas, execrado na sua própria Pátria; inimigo dos que ele chamava os selvagens unitários, mantinha o povo sob os horrores e atrocidades da guerra civil... o tirano platino, feliz na guerra, com degolações e a instituição das sociedades de mazorca e seu invencível horror contra os estrangeiros, atraía a todo o momento o raio da intervenção dos povos cultos...”¹⁰

As imagens presentes no texto de João Ribeiro, manual que terá inúmeras reedições desde sua primeira no ano de 1900, acabaram por constituir-se em referências fundamentais para o tratamento do tema: um Império pacífico, sem qualquer pretensão expansionista e belicosa, em contraponto a vizinhos, estes sim, expansionistas, tiranos e inimigos da civilização.

Os Estados do Prata foram para nós durante muito tempo vizinhos pouco leais e incômodos, e com cuja amizade não se podia contar, atenta a perpetuar a instabilidade e desmoralização dos governos de senhores ou tiranos sob os quais viveram. Essa pouca lealdade tinha explicação em que eram realmente inferiores e não queriam confessá-lo. Parecia-lhes o Brasil um árbitro e juiz forçado que as

⁹ MATTOS, Selma R. de, op. cit., p. 38.

¹⁰ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 18^a ed. Curso Superior. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1964; p. 393.

circunstâncias daquele tempo impunham... Os rebeldes que aí protegíamos eram de tão má catadura como os tiranos que malsinávamos. Tais foram Urquiza, Flores e outros. Afinal, ainda que é pouco lícito civilizar à força países estranhos, em verdade mais perturbávamos que civilizávamos.¹¹

Com a proclamação da República em 1889, observa-se uma ampliação das temáticas relativas à História da América presentes nos programas do Colégio Pedro II, cujo nome é alterado para Ginásio Nacional. O próprio manual de João Ribeiro – concebido segundo Araripe Júnior, que escreve um prefácio avaliativo da obra, no âmbito dos modernos cânones de uma história-ciência – procura redirecionar o olhar para a região platina. O tema das fronteiras e das guerras no sul, como parte do estudo da definição territorial do Brasil, continua ocupando toda uma unidade do livro e seu autor parece menos condescendente com a política externa imperial. Embora admitindo os princípios corretos que a norteavam, João Ribeiro apontava seus erros, não justificáveis pela correção de seus princípios. Curiosamente, contudo, sua caracterização dos povos platinos não abandona as imagens da violência e barbárie como constitutivas destas populações, sem ordem política firmada, “verdadeiros feudos militares” nas mãos de tiranos.¹²

Para o ano de 1895, o programa do agora Ginásio Nacional mantém o tradicional tema dos limites e fronteiras, ainda como parte da História do Brasil, que parece, no entanto, sofrer um novo tratamento: a discussão em torno da fronteira natural não tem mais importância, passando a primeiro plano o enfoque dos atores históricos. A disciplina Corografia e História do Brasil dará lugar a uma Geografia do Brasil separada da História do Brasil. Esta ampliação passa a considerar o tema das idéias como parte do estudo de História, o que pode ser em parte explicado pela necessidade do novo regime pensar modelos de referência. Assim, o Programa dará destaque “aos precursores da Revolução Francesa, livres-pensadores e independência norte-americana”.

¹¹ Ibidem, p. 398.

¹² RIBEIRO, João, op. cit., p. 512.

Com a República pode-se também vislumbrar um certo esforço no sentido de integrar o Brasil à América, como se pode depreender a partir da iniciativa dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição nascida e comprometida com o projeto imperial de Estado, de organizar o Congresso Internacional de História da América a ter lugar em 1922.¹³ As discussões no interior do Congresso apontavam no sentido de pensar uma proposta de história que pudesse englobar o conjunto de países americanos como uma nova unidade de estudo. Um compêndio de História da América deveria resultar deste esforço intelectual que congregava diferentes países da América Latina e reflexos destes esforços irão se fazer sentir no Colégio Pedro II, cujos professores de História mantinham estreitas relações com o Instituto Histórico. Em 1927, abre-se o primeiro concurso para a cátedra de História da América daquele estabelecimento.

Esta tentativa de inscrever o Brasil na América parece não ter redundado numa alteração substantiva daquelas imagens poderosas que construíram o “outro” da Nação brasileira. Imagens que forjaram uma memória, transformada em senso comum, que termina por apagar definitivamente os traços da construção histórica em nome de uma pretensa natureza objetiva dos fatos do passado. Assim, repensar criticamente essas construções da memória social e coletiva perpetuadas e revitalizada através dos manuais didáticos pode ajudar-nos a pensar um futuro onde a reinterpretação desses registros do passado permita que a História revitalize as relações entre as nações latino-americanas no presente.

¹³ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 10 (20), p. 217-229, 1997.